

Handwritten signature in blue ink.

ESTATUTOS
DO
LAR DE SÃO MATEUS
JUNCEIRA

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA E FINS

Artigo 1.º

A Associação denomina-se "LAR DE S. MATEUS-JUNCEIRA" é composta por pessoas singulares ou coletivas, naturais ou amigas da freguesia, sem finalidade lucrativa.

Artigo 2.º

O "LAR DE SÃO MATEUS - JUNCEIRA" tem a sua sede na Rua Francisco de Brito, nº 44, 2300-024 Junceira, União de freguesias de Serra e Junceira, concelho de Tomar, podendo criar delegações, campos desportivos ou outras instalações onde e quando assim deliberar, nomeadamente em Lisboa.

Artigo 3.º

- 1 - Esta Associação tem carácter regionalista, beneficente, cultural, recreativo e de solidariedade social, visando a estabilidade emocional, cultural, recreativo, físico, bem como o bem estar dos seus associados e da comunidade em geral, através da prática da beneficência, convívio, manifestações ou festivais de carácter desportivo ou cultural, quer próprios, quer em colaboração com instituições oficiais, quer com organismos similares.
- 2 - Esta Associação tem como fins principais a prestação de serviços, com vista à promoção do bem estar e qualidade de vida dos seus associados e da comunidade em geral.
- 3 - Para a realização dos fins previstos no número anterior a Associação desenvolve as seguintes actividades principais: criação e manutenção de instalações para idosos com as valências de lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.
- 4 - A organização e funcionamento dos diversos sectores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direção.
- 5 - Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados em regime de proporção, de acordo com a situação económica e financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder antes da utilização dos serviços da Associação.

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

6 - As tabelas da comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com o Estado ou com outras Instituições de acordo com o regulamentado pelo Estatuto das IPSS.

7 - A atuação da Associação pauta-se com o respeito pelos princípios orientadores da economia social definidos que regula os Estatutos das IPSS, bem como pelo regime previsto no presente estatuto.

Artigo 4.º

A Associação é constituída por tempo indeterminado e a sua fundação conta-se, para todos os efeitos, a partir da data da sua escritura pública.

Artigo 5.º

São receitas da Associação:

- a)** - O produto das joias e quotas dos associados;
- b)** - As comparticipações dos utentes independentemente da forma contratual utilizada;
- c)** - Os rendimentos de bens próprios, nos quais se incluem rendimentos de papéis de crédito, de imóveis ou de outros bens que constituam o produto de capitalizações feitas pela Associação;
- d)** - As doações, legados, heranças e os respetivos rendimentos;
- e)** - Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- f)** - Os donativos e produtos de festas e subscrições;
- g)** - Quaisquer outras receitas de carácter eventual.

CAPÍTULO SEGUNDO ASSOCIADOS

Artigo 6.º

O "Lar" tem as seguintes categorias de associados: fundadores, efetivos, beneméritos, honorários, federados e juvenis.

Artigo 7.º

São fundadores os associados cuja inscrição tenha sido requerida e aprovada



Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

no ano da fundação do "Lar".

Artigo 8.º

São efetivos os associados maiores de dezasseis anos admitidos a partir de trinta e um de Dezembro do ano seguinte ao da fundação.

Artigo 9.º

Beneméritos serão proclamados os associados que contribuam com donativos importantes ou concorram com quotas extraordinárias, ou ainda aqueles que, por qualquer forma, se distingam nos serviços prestados à Associação.

Artigo 10.º

Associados Honorários serão as pessoas de reconhecido mérito pessoal, científico, literário e artístico ou os titulares de funções públicas que, de algum modo, tenham prestado relevantes serviços à Associação ou à freguesia da Junceira.

Artigo 11.º

Associados Federados serão as associações congéneres ou as Instituições que as agrupam.

Artigo 12.º

Juvenis são os associados com idade inferior a dezasseis anos.

CAPÍTULO TERCEIRO

ADMISSÃO E DEMISSÃO DOS ASSOCIADOS

Artigo 13.º

1 - Poderão ser associados do "Lar de S. Mateus" todas as pessoas singulares ou coletivas que reúnam as condições expressas nestes Estatutos.

2 - A admissão de cada associado far-se-á pelo preenchimento da proposta de admissão, devidamente abonada por um associado em pleno gozo dos seus direitos sociais, acompanhada da importância da joia e das duas primeiras

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira



quotas e de fotografias atualizadas.

3 - É competência da Direção aceitar ou recusar a admissão das propostas de inscrição ou readmissão de associados para as categorias de fundadores, efetivos, federados e juvenis devendo, nos casos de recusa, fundamentar devidamente os motivos de indeferimento.

4 - A admissão ou recusa na aceitação de um candidato deverá ser comunicada ao interessado no prazo de oito dias a contar da reunião da Direção que tomar tal deliberação; em caso de recusa será devolvido em singelo tudo o que foi entregue no processo de candidatura.

5 - Pelo facto de sua admissão, todos os associados aceitam implicitamente as disposições estatutárias em vigor.

6 - Das deliberações que recusem a admissão ou readmissão cabe recurso para a próxima Assembleia-geral, a interpor conjuntamente pelo proponente e pelo proposto.

Artigo 14.º

1 - Os associados que pretendam demitir-se devem comunicá-lo por escrito, por correio registado, fax ou entrega em mão desde que haja nota de receção assinada e carimbada pela Associação.

2 - O associado é responsável pelo pagamento de todas as quotas vencidas até ao final do mês em que faça a comunicação referida no número anterior.

Artigo 15.º

Aqueles que tenham deixado de ser associados e queiram reinscrever-se, caso tenham direito a isso, deverão efetuar o pagamento de todas as quotas em atraso, conservando o número que anteriormente possuíam, se possível.

CAPÍTULO QUARTO

DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Artigo 16.º

1 - São direitos dos associados:

a) Frequentar as instalações sociais e usufruir dos serviços nelas estabelecidos por si e seu agregado familiar, nos termos regulamentares em uso;



Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

- b) Tomar parte nas Assembleias-Gerais, propondo, discutindo e votando, bem como eleger e ser eleitos para cargos associativos ou comissões, quando de maior idade, tendo no mínimo três anos de antiguidade, com as exceções previstas no artigo dos Estatuto das IPSS cuja epígrafe é "Não elegibilidade";
 - c) Participar em todas as atividades do "Lar", tal como se definem no artigo terceiro destes Estatutos;
 - d) Beneficiar de todas as regalias sociais já existentes para a categoria ou que vierem a ser criadas;
 - e) Requerer a convocação da Assembleia-Geral, em sessão extraordinária, nos casos e termos previstos nestes Estatutos.
- 2 - Os associados só podem exercer os direitos referidos nos números anteriores se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
- 3 - Os associados não podem ser limitados nos seus direitos por critérios que contrariem o disposto na Constituição da Republica Portuguesa relativo ao Princípio da igualdade.

CAPÍTULO QUINTO

DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 17.º

1 - São deveres dos associados:

- a) Satisfazer pontualmente os seus compromissos, designadamente, pagando as quotas;
- b) Aceitar e desempenhar gratuitamente os cargos para que tenham sido eleitos ou nomeados;
- c) Zelar pelos interesses do "Lar", promovendo, por forma legítima, o seu prestígio e engrandecimento e, bem assim, a realização dos fins associativos;
- d) Cumprir escrupulosamente as disposições dos presentes Estatutos e dos regulamentos sociais, bem como acatar as ordens ou avisos elaborados de acordo com os mesmos e sancionados pela Assembleia-geral ou pela Direção;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- e) Pagar a quota mensal de acordo com a Tabela de Quotizações fixada pela Assembleia-geral, a qual se vence no primeiro dia útil do mês a que diz respeito;
- f) Comunicar a mudança de residência e quaisquer factos que afetem substancialmente o seu estatuto.

CAPÍTULO SEXTO

PENALIDADES

Artigo 18.º

- 1 - Aos associados poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
 - a) Advertência escrita;
 - b) Suspensão com um limite mínimo de 60 dias e máximo de 180 dias;
 - c) Expulsão.
- 2 - As penalidades devem ser adequadas à gravidade das infrações e graduadas segundo um prudente critério de equidade.
- 3 - A pena de expulsão é aplicável aos associados que cometam infrações graves aos deveres sociais ou prejudiquem a Associação, na sua honra ou interesses, ou sejam reincidentes em casos que motivem suspensão.
- 4 - Verificando-se um comportamento suscetível de integrar alguma das situações previstas nas alíneas a) a c) do número um, a Direção comunicará por escrito ao associado a penalidade que tenciona aplicar-lhe e os respetivos fundamentos.
- 5 - O associado dispõe do prazo de 30 dias, a partir da data da comunicação, para responder, deduzindo por escrito os elementos que considere relevantes para o esclarecimento dos factos e da sua participação nos mesmos, podendo juntar documentos e requerer as diligências que considere pertinentes.
- 6 - Analisada a resposta do associado e realizadas as diligências probatórias por ele requeridas, a menos que sejam patentemente dilatórias ou impertinentes, a Direção proferirá a respetiva decisão, a qual deverá ser comunicada ao associado no prazo máximo de 30 dias a contar da data em que a Direção tome conhecimento da apresentação da resposta.
- 7 - Da suspensão e expulsão caberá ainda recurso para a próxima Assembleia Geral.

Artigo 19.º

1 - Perdem a qualidade de associados os que, sem fundamento justificado, tenham mais de dois anos de atraso no pagamento de quotas ou de quaisquer importâncias em dívida à Associação.

2 - Para efeitos do número um, deverão os associados ser interpelados, por carta registada com aviso de receção, para efetuarem o pagamento no prazo de quinze dias.

3 - Se uma vez interpelados os associados não pagarem no prazo de 15 dias, nem apresentarem fundamento que a Direção considere justificativo, ser-lhes-á comunicada a respetiva exclusão.

Artigo 20.º

A aplicação de quaisquer penalidades ou a perda da qualidade de associado, não conferem o direito ao reembolso da joia ou quotas pagas, nem eximem o destituído do pagamento das importâncias que estiverem em dívida.

CAPÍTULO SÉTIMO

ORGÃOS SOCIAIS

Artigo 21.º

1 - São órgãos sociais:

- a) A Assembleia-Geral;
- b) A Direção;
- c) O Conselho Fiscal.

2 - O mandato dos titulares dos órgãos sociais tem a duração de quatro anos, sendo permitida a revalidação dentro das limitações previstas no Estatuto das IPSS.

3 - Os titulares dos órgãos sociais exercem pessoal e gratuitamente os cargos para que são eleitos, com as exceções previstas no art.º 18.º do estatuto das IPSS.

4 - Salvo no caso de destituição, os titulares dos órgãos sociais mantêm-se em exercício até que sejam eleitos e tomem posse os seus sucessores de acordo com o estatuto das IPSS.

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

5 - Qualquer titular de órgão social pode ser destituído a todo o tempo por deliberação da Assembleia-Geral.

6 - A proposta de destituição tem de ser fundamentada e aprovada pelo menos por dois terços dos votos expressos.

7 - Na Assembleia-Geral em que for deliberada a destituição de todos os titulares de um órgão social, será nomeada a comissão que os substituirá até à realização da próxima Assembleia-Geral convocada para eleger os novos titulares.

Assembleia-Geral

Artigo 22.º

1 - A Assembleia-Geral é constituída por todos os associados maiores, no pleno gozo dos seus direitos sociais.

2 - Só têm direito de voto os associados com pelo menos três anos de antiguidade.

Artigo 23.º

1 - A mesa da Assembleia-Geral compõe-se de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos nos termos do artigo 36.º dos presentes Estatutos.

2 - Em caso de vacatura de qualquer lugar o cargo será preenchido segundo a ordem da lista eleita, chamando-se os suplentes pela mesma ordem.

3 - Desta alteração será dado conhecimento aos associados na Assembleia-Geral imediatamente posterior.

Artigo 24.º

1 - Compete à Assembleia-Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos e, necessariamente:

- a) Fazer cumprir os Estatutos e votar propostas de alteração aos mesmos;
- b) Deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- c) Apreciar, discutir e votar o relatório da Direção e as contas, bem como o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte;



Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

- d) Eleger e destituir, por votação secreta, os titulares dos órgãos sociais;
- e) Conceder a associados a distinção de honorário e benemérito, sob proposta da Direção;
- f) Apreciar e deliberar sobre os recursos interpostos das decisões da Direção;
- g) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação;
- h) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- i) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;
- j) Aprovar a adesão a uniões, federações e confederações;
- k) Fixar e alterar o quantitativo da joia e quotas a pagar pelos associados;
- l) Fixar a remuneração de um ou mais titulares da Direção, nos termos do art.º 18.º do Estatuto das IPSS;
- m) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto para que seja convocada.

Artigo 25.º

Ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral compete convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia, secundado pelo Vice-Presidente e pelo Secretário, praticando o que for necessário para a boa ordem das reuniões, bem como dar posse aos Corpos Sociais.

Artigo 26.º

- 1 - A Assembleia-Geral reunirá ordinariamente duas vezes em cada ano, uma até 31 de Março para a aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior e do parecer do Conselho Fiscal e outra até 30 de Novembro para apreciação e votação do orçamento e do programa de ação para o ano seguinte e do parecer do Conselho Fiscal;
- 2 - A Assembleia Geral reunirá ordinariamente no fim de cada mandato, até final do mês de Dezembro, para a eleição dos titulares dos órgãos sociais;
- 3 - A Assembleia-Geral reunirá extraordinariamente sempre que o Presidente da mesa da Assembleia Geral a convoque a pedido da Direção, do Conselho Fiscal ou de um grupo de mais de 10% de associados, no pleno gozo dos seus direitos, devidamente justificado;

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

4 - As reuniões da Assembleia-Geral serão convocadas da seguinte forma:

- a) Com a antecedência mínima de quinze dias, pelo presidente da mesa ou pelo seu substituto;
- b) A convocatória é afixada na sede da associação e remetida, pessoalmente, a cada associado através de correio eletrónico ou por meio de aviso postal;
- c) Independentemente da convocatória nos termos da alínea anterior, é ainda dada publicidade à realização das assembleias gerais nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da associação, bem como pode ainda ser publicitada por outros meios e em outros locais;
- d) A Assembleia Geral Extraordinária será convocada nos mesmos moldes e reunirá no prazo máximo de trinta dias a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

5 - Nas convocatórias é obrigatória a indicação do dia, hora, local e respetiva ordem de trabalhos.

6 - Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede da Associação e no sítio institucional da Associação, logo que a convocatória seja expedida para os associados.

Artigo 27.º

1 - São anuláveis, ou nulas, as deliberações contrárias à lei ou aos estatutos, seja pelo seu objecto, seja em virtude de irregularidades havidas na convocação ou no funcionamento do órgão de acordo com o estatuto das IPSS.

Artigo 28.º

1 - A Assembleia-Geral pode funcionar e deliberar em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de presenças;

2 - Qualquer associado poderá ser representado nas reuniões da Assembleia-Geral por outro associado, ao qual passará para o efeito a competente



Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

credencial de representação, a qual será entregue na mesa da Assembleia, não podendo cada associado representar mais do que um associado para além dele próprio.

3 - É exigida a maioria qualificada de dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do nº1 do artigo 58º com a epígrafe "Competência da Assembleia Geral" do estatuto das IPSS.

4 - Serão sempre lavradas actas das reuniões da Assembleia-Geral, obrigatoriamente assinadas pelos membros da respetiva mesa.

5 - Na falta de qualquer dos membros da mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no final da reunião, não podendo ser eleito qualquer membro dos outros órgãos de administração ou fiscalização.

6 - A Assembleia Geral extraordinária, que seja convocada a requerimento dos associados, só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Direção

Artigo 29.º

1 - A Direção é constituída por um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário, um Tesoureiro e três Vogais, eleitos nos termos do artigo 36.º.

2 - Em caso de vacatura de qualquer lugar o cargo será preenchido segundo a ordem da lista eleita, chamando-se os suplentes pela mesma ordem.

3 - O Presidente da Direção só pode ser eleito por três mandados consecutivos.

Artigo 30.º

1 - Compete à Direção:

- a) Dirigir as atividades da Associação e dispor dos fundos associativos necessários ao cumprimento dos objetivos sociais;
- b) Representar a Associação em todos os atos e contratos, em juízo ou fora dele, obrigando-se com duas assinaturas conjuntas, do Presidente, do Vice-Presidente ou do Tesoureiro, bastando quanto a atos de mero expediente, a assinatura de um membro da Direção;

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

- c) Elaborar o inventário de todos os bens da Associação e mantê-lo atualizado;
- d) Elaborar as normas e regulamentos internos;
- e) Nomear comissões com vista a uma melhor gerência dos diversos sectores associativos;
- f) Deliberar a aceitação ou recusa dos pedidos de inscrição de associados e da suspensão daqueles cuja conduta seja nociva aos interesses da Associação, sempre de acordo com o preceituado nestes Estatutos;
- g) Propor à Assembleia-Geral a concessão do título de associado benemérito e honorário;
- h) Contratar, organizar e gerir o pessoal que julgue necessário à execução dos serviços associativos, bem como demiti-lo;
- i) Apresentar em cada ano à Assembleia-Geral ordinária, até 30 de Novembro, o programa de ação e o orçamento para o ano seguinte, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal;
- j) Apresentar em cada ano à Assembleia-Geral ordinária, até 31 de Março, o relatório, balanço e contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro, depois de os submeter ao parecer do Conselho Fiscal;
- k) Reunir ordinariamente uma vez em cada mês, lavrando a respetiva ata;
- l) Avisar por escrito os associados que se encontrem em atraso no pagamento das suas quotas ou de quaisquer dívidas à Associação;
- m) Aplicar penalidades, precedidas dos respetivos processos disciplinares;
- n) Propor ao Presidente da mesa da Assembleia-Geral, a convocação da Assembleia Geral, nos casos previstos nestes Estatutos;
- o) Fazer cumprir os presentes Estatutos e os regulamentos ou quaisquer normas internas;
- p) Observar o orçamento, manter a contabilidade atualizada nos termos da lei e conservar em dia os restantes livros sociais;
- q) Facultar ao exame dos associados todos os elementos da contabilidade e escrita no tempo e lugar próprios.
- r) Praticar todos os demais atos de administração e gestão tendentes à realização dos fins da Associação, que não sejam da competência dos outros órgãos.
- s) Delegar poderes de representação e administração para a prática de certos

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da Associação, ou em mandatários.

2 - Toda a Direção é solidariamente responsável pelos seus atos ou deliberações, salvo protesto ou declaração de voto de algum ou alguns dos seus membros, que deve constar na ata respetiva, ou na ata da reunião imediatamente posterior ao conhecimento pelo membro da Direção de tal facto ou deliberação.

Artigo 31.º

1 - A Direção só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

2 - As deliberações são tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes, tendo o Presidente, ou na sua ausência o Vice-Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3 - São sempre lavradas atas das reuniões da Direção, obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes.

Conselho Fiscal

Artigo 32.º

1 - O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois vogais, eleitos nos termos do artigo 36.º.

2 - Em caso de vacatura de qualquer lugar o cargo será preenchido segundo a ordem da lista eleita, chamando-se os suplentes pela mesma ordem.

Artigo 33.º

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar todos os livros de escrituração e documentos da Associação, sempre que o julgue conveniente;
- b) Acompanhar a execução orçamental;
- c) Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões de Direção quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão;
- d) Reunir uma vez por mês, apreciando e discutindo os atos e as contas da Direção;
- e) Examinar e dar parecer sobre o relatório, balanço, contas e orçamento, a

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

ser presentes à Assembleia-geral, bem como sobre todos os assuntos que a Direção submeta à sua apreciação;

f) Verificar o cumprimento da Lei, dos Estatutos e dos Regulamentos.

Artigo 34.º

1 - O Conselho Fiscal só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros e reúne por convocação do respetivo presidente.

2 - As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3 - São sempre lavradas atas das reuniões do Conselho Fiscal, obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes.

Artigo 35.º

O Conselho Fiscal é solidário com a Direção pela ilegal aplicação dos fundos sociais, ou por quaisquer irregularidades praticadas por aquela, respondendo por tais atos perante a Assembleia Geral desde que, deles tendo conhecimento, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação escrita ao Presidente da Assembleia-Geral.

CAPÍTULO OITAVO

ELEIÇÕES

Artigo 36.º

1 - Realizar-se-ão obrigatoriamente a cada quadriénio, durante o mês de Dezembro, as eleições dos Órgãos Sociais da Associação;

2 - Para o efeito, o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral convocará a mesma nos termos estatutários;

3 - Servirão de base à eleição, listas organizadas e subscritas por um mínimo de vinte associados elegíveis, devendo sempre uma delas ser organizada e apresentada pela Direção cessante;

4 - As listas candidatas serão apresentadas até 48 horas antes da data designada para a Assembleia Geral, na sede da Associação, cabendo ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a sua regularidade e mandar proceder à sua afixação em local de acesso público.



Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

- 5 - Sob pena de invalidade, cada uma das listas concorrentes compreenderá os candidatos necessários ao preenchimento de todos os cargos na Mesa da Assembleia Geral, na Direção e no Conselho Fiscal, devendo ainda incluir dois suplentes para cada um dos órgãos.
- 6 - Cada lista conterà a identificação dos associados que a integram, através da indicação do nome completo e número de associado.
- 7 - Nenhum associado pode concorrer na mesma lista a diferentes cargos, nem concorrer em listas diferentes, devendo cumprir os requisitos legais existentes à data da apresentação da candidatura.
- 8 - Só podem ser candidatos a titulares dos órgãos sociais os associados com pelo menos três anos de antiguidade à data das eleições, que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos;
- 9 - As pessoas coletivas não são elegíveis para os corpos gerentes;
- 10 - A mesa de voto é constituída pela Mesa da Assembleia Geral e funciona na sede, podendo cada lista credenciar um delegado para a mesa.
- 11 - O voto é direto e secreto.
- 12 - A identificação dos eleitores é efetuada por qualquer documento de identificação ou por abonação de dois associados presentes, devendo o eleitor rubricar e inscrever o nome e número de associado na lista de presenças.
- 13 - Considera-se eleita a lista que obtenha maior número de votos válidos.
- 14 - Todos os eleitos deverão tomar posse dos seus cargos perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral dentro de trinta dias subsequentes à eleição, considerando-se que renunciam aos cargos, para os quais foram eleitos, os associados que não assinarem o termo de posse.
- 15 - A duração dos mandados dos órgãos sociais é de quatro anos.
- 16 - Os titulares dos órgãos sociais cessantes mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.

CAPÍTULO NONO

DISSOLUÇÃO

Artigo 37.º

A dissolução do "Lar" só poderá ter lugar:

- a) Quando seja votada em Assembleia-Geral por três quartos dos associados

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos e possam fazer parte da Assembleia ou, não exista o número mínimo de membros referidos no Estatuto das IPSS que permita assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra

b) Por imposição da autoridade competente.

Artigo 38.º

Aprovada a dissolução, os bens da Associação, se os houver, passarão a ser pertença da Junta de Freguesia que tutelar a freguesia da Junceira, que os receberá mediante inventário e recibos competentemente assinados e autenticados, a favor da Comissão Liquidatária nomeada em Assembleia-Geral e, os mesmos apenas podem ser utilizados a favor dos habitantes da freguesia da Junceira.

CAPÍTULO DÉCIMO DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 39.º

O exercício económico e financeiro da Associação corresponde ao ano civil, sendo nesta conformidade elaborados o plano de ação e o orçamento, bem como o relatório, balanço e contas anuais.

Artigo 40.º

Qualquer alteração a estes Estatutos depende da sua aprovação por maioria de dois terços dos votos dos associados presentes em Assembleia Geral.

Artigo 41.º

Os primeiros Órgãos Sociais são constituídos por associados fundadores, mediante escolha feita por estes.

Artigo 42.º

Nos casos de morte de qualquer associado, o respetivo número poderá ser atribuído a um seu familiar, com direito de opção a favor daqueles cujo grau de parentesco ou progenitura sejam mais próximos.

Estatutos do Lar de São Mateus - Junceira

Artigo 43.º

Todas as situações que não se encontrem devidamente estatuídas neste Estatuto, aplicam-se as normas previstas no Estatuto das IPSS.

Nas restantes matérias aplicar-se-á a lei Geral, consoante as situações.

Junceira, 21 de julho de 2018

